

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Nº 07

AS AMEAÇAS DO CARNAVAL DE MASSA AO PATRIMÔNIO DE OLINDA

Mônica A. M. Harchambois

Virgínia Pontual



Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Missão

O CECI tem como missão promover a conscientização, o ensino e a pesquisa sobre a conservação integrada urbana e territorial dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável. Suas atividades são dirigidas para a comunidade técnica e acadêmica brasileira e internacional

Diretoria

Jorge Eduardo Tinoco, Diretor Geral
Mônica Harchambois, Diretor
Raquel Borges Bertuzzi, Diretor
Renata Campello Cabral, Diretor

Conselho de administração

Silvio Mendes Zancheti, Presidente
Tomás de Albuquerque Lapa
Vera Milet Pinheiro
Ana Rita Sá Carneiro
José Fernandes Menenzes

Suplentes

Luis de La Mora
Fernando Diniz
Norma Lacerda

Conselho fiscal

Virginia Pitta Pontual, Presidente
Natália Vieira
Fátima Alves Mafra
Fábio Cavalcanti
Magna Milfont

Suplentes

Fátima Alves Mafra
Magna Milfont

Texto para Discussão

Publicação com o objetivo de divulgar os estudos desenvolvidos pelo CECI nas áreas da Gestão da Conservação Urbana e da Gestão do Restauro.

As opiniões emitidas nesta publicação são de responsabilidade exclusiva dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada.

É permitida a reprodução do conteúdo deste texto, desde que sejam devidamente citadas as fontes. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Editores

Gestão da Conservação Urbana

Natália Vieira, Renata Cabral e Vera Milet Pinheiro

Gestão de Restauro

Jorge Eduardo L. Tinoco, Mônica Harchambois e Roberto Dantas de Araújo

Identificação do Patrimônio Cultural

Ana Rita Sá Carneiro, Magna Milfont e Virginia Pontual

Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Rua Sete de Setembro, 80
Olinda – PE
53020-130 – Brasil
Tel/Fax.: (55 81) 3429-1754
textos@ceci-br.org
www.ceci-br.org

FICHA BIBLIOGRÁFICA

Autores: Mônica A. M. Harchambois e Virginia Pontual

Título: As Ameaças do Carnaval de Massa ao Patrimônio de Olinda

Editora: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Tipo da publicação: Textos para Discussão – Série Gestão da Conservação Urbana

Local e ano de publicação: Olinda, 2007

ISSN: 1980-8267

AS AMEAÇAS DO CARNAVAL DE MASSA AO PATRIMÔNIO DE OLINDA*

Mônica A. M. Harchambois* & Virgínia Pontual♦

RESUMO

O Carnaval de Olinda é reconhecido, local e nacionalmente, como um bem cultural do patrimônio imaterial da cidade. Como empreendimento econômico, seu sucesso depende do turismo, importante fonte de divisas para o município. Durante o período carnavalesco, mais de um milhão de foliões concentram suas brincadeiras nas ruas e ladeiras do Sítio Histórico, patrimônio cultural da humanidade. Essa afluência massiva de visitantes ameaça a integridade física do conjunto arquitetônico do sítio histórico, prejudica a qualidade de vida da comunidade local, podendo descaracterizar a própria festa. A conciliação dos conflitos decorrentes de valores em oposição, em patrimônios interdependentes, é um difícil problema de gestão para a municipalidade de Olinda, principal responsável pela conservação do patrimônio. Este trabalho propôs-se a examinar, na ótica da integração e da sustentabilidade, os efeitos nocivos do atual Carnaval de massa sobre valores patrimoniais materiais e imateriais de Olinda, a fim de identificar um modo de abordagem do problema. Um amplo processo de negociação, voltado para a definição e implementação das decisões mais adequadas à conservação do patrimônio, contando com a participação de todos os interessados, é o caminho sugerido para a conciliação sustentável dos conflitos.

Palavras-chave: patrimônio, conservação, conflito, negociação, carnaval, sítio histórico.

INTRODUÇÃO

Olinda é a terceira maior cidade do Estado de Pernambuco, com uma extensão territorial de 40,83 quilômetros quadrados, dos quais 1,2km² são de área tombada e 10,4km² de área de preservação. No ano 2000, a população do município era de 368.642 habitantes, com uma taxa de urbanização correspondente a noventa e oito por cento. Desde a década de 1960, é a terceira maior economia da região metropolitana do Recife.

Olinda é um bem patrimonial de importância mundial. Em 1968, o Sítio Histórico de Olinda foi tombado como patrimônio nacional e, em 1982, a UNESCO lhe conferiu o estatuto de Patrimônio Cultural da Humanidade. A conservação do local, com suas

* Trabalho realizado para o curso de Gestão do Patrimônio Cultural Integrado ao Planejamento Urbano da América Latina – ITUC/AL 2005, dentro do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano – MDU/UFPE, organizado pelo Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada – CECI

♦ Diretora Assistente do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI) e arquiteta e urbanista, atuante como profissional liberal.

♦ Pesquisadora do CECI e coordenadora da Comunidade de Identificação e Autenticação do Patrimônio Cultural. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano – MDU/UFPE.

colinas, sua vegetação em hortos e sítios, seu traçado, suas praças e largos, suas igrejas e conventos, seu casario, é considerada relevante, não só pelas autoridades governamentais, nas esferas federal, estadual e municipal, como por parte de organizações econômicas, sociais, culturais e políticas. O casario do sítio histórico, constituído por ruas inteiras que preservam os traçados originais, é o acervo mais importante da arquitetura colonial de Pernambuco. Em outubro de 2005, Olinda foi nomeada como a Capital Brasileira da Cultura do ano 2006, título concedido pela primeira vez a uma cidade do Brasil.



Foto 01: Sítio Histórico de Olinda – vista do Alto da Sé

O Plano Diretor de Olinda (Lei Complementar nº 026/2004), instrumento básico da política de desenvolvimento da cidade, tem como referenciais as noções de desenvolvimento sustentável e conservação urbana. O documento apontou o Sítio Histórico como um dos únicos ativos existentes com capacidade de impulsionar o desenvolvimento urbano do município. Considerado como zona especial de proteção do patrimônio cultural (ZEPC), o conjunto do sítio histórico deve ser mantido inalterado, em conformidade com os padrões internacionais de tombamento. O Plano Diretor ressaltou que a escolha das ações de conservação do lugar terá de decidir entre valorizar as atividades relacionadas ao turismo e lazer e as atividades ligadas à habitação.

A cidade de Olinda realiza um dos carnavais mais famosos do Brasil, que vem atraindo, nos últimos anos, mais de um milhão de visitantes, vindos de vários municípios de Pernambuco, de outras cidades do Brasil e, até mesmo, do exterior. Os foliões, tradicionalmente, concentram suas brincadeiras nas ruas e ladeiras do sítio histórico, em frente ao casario. Até a década de 1980, eram os moradores do sítio histórico que cuidavam dos preparativos e da realização dos festejos carnavalescos; a partir do final dos anos 80, a municipalidade assumiu a organização do evento. Atualmente, o Carnaval de Olinda é um empreendimento econômico e cultural cujo sucesso depende da afluência do grande público.

O turismo costuma ser um fator de desenvolvimento econômico e social das cidades históricas, constituindo importante fonte de recursos para a conservação do patrimônio, além de gerar emprego e renda para a população local. No entanto, o turismo massivo e desordenado pode ameaçar a preservação dos bens e valores patrimoniais.

O Plano Diretor de Olinda apontou o atual Carnaval como um dos problemas de conservação do sítio histórico, pois a trepidação provocada pelos festejos representa perigo de dano para os monumentos e o casario do sítio histórico.

Além disso, a afluência massiva de visitantes, durante o Carnaval, também ocasiona inúmeros transtornos ao bem estar dos moradores, cuja qualidade de vida é afetada pelo aumento da violência, pela sujeira e mau cheiro das ruas, pelo ruído excessivo, pela dificuldade de locomoção causada pela presença desordenada de vendedores ambulantes, pela depredação das residências. Tudo isso, pode vir a enfraquecer o sentimento de pertencimento dos moradores com relação ao lugar e à festa, com os quais não mais se identificam.

A municipalidade de Olinda, na qualidade de principal responsável pela conservação do patrimônio, precisa encontrar uma forma de preservar as seculares edificações do sítio histórico, garantindo, ao mesmo tempo, a continuidade do Carnaval de Olinda, com as características que lhe conferiram singularidade no cenário nacional, e resguardando o bem-estar e a qualidade de vida dos moradores, tudo isto sem abrir mão dos efeitos positivos do turismo. Como proceder para conciliar os conflitos decorrentes de valores em oposição, em patrimônios interdependentes, é um importante desafio que se apresenta à gestão municipal da conservação patrimonial.

À luz das noções de integração e sustentabilidade, este trabalho propõe-se a:

- Examinar as principais ameaças que o turismo de massa, atraído ao Sítio Histórico pelo Carnaval de Olinda, acarreta aos valores patrimoniais materiais e imateriais locais;
- Identificar alguns dos conflitos que dificultam a gestão integrada desse patrimônio;
- Sugerir um modo sustentável de abordagem do problema pela municipalidade.

O método utilizado para a elaboração do trabalho consistiu, principalmente, em pesquisa bibliográfica sobre os temas examinados (especialmente cartas patrimoniais, o Plano Diretor de Olinda, a Lei do Carnaval e trabalhos técnicos sobre as ameaças à conservação física do sítio histórico). Além de ouvir o depoimento de alguns moradores, foram também consultadas as reivindicações da comunidade apresentadas em recente abaixo assinado encaminhado às autoridades municipais.

O estudo está dividido em cinco partes. Na primeira, discorre-se sobre o carnaval de rua do Recife e de Olinda (das origens até o surgimento do atual carnaval de massa). Na segunda parte, são referidas algumas das medidas gerais de conservação do patrimônio cultural, adotadas no cenário mundial, em face do fenômeno da ameaça do turismo massivo ao patrimônio. Na terceira parte, o atual carnaval de massa de Olinda é focalizado como ameaça concreta à conservação do conjunto do sítio histórico e ao bem estar da comunidade local. Nesse contexto, a Lei Municipal nº 5306, de 2001 (a Lei do Carnaval), é analisada como instrumento de proteção patrimonial: ao sítio histórico, às características que identificam o Carnaval de Olinda e ao bem estar da comunidade. Na parte quatro, são abordados os conflitos de conservação que decorrem dos valores em oposição em patrimônios interdependentes (o sítio histórico e o Carnaval). Nas Conclusões (parte cinco) sugere-se, como um caminho para a conciliação sustentável dos conflitos, um amplo processo de negociação entre todos os atores sociais envolvidos (autoridades municipais e estaduais, representantes da comunidade, agentes de turismo, órgãos de proteção ao patrimônio, empresas patrocinadoras do Carnaval, técnicos de várias especialidades e outros interessados). A participação da comunidade local será

fundamental no estabelecimento e implementação das estratégias da gestão de conservação do patrimônio que abarcam o turismo.

1. O CARNAVAL DE RUA DO RECIFE E DE OLINDA

A memória e a identidade são atributos da noção de patrimônio. Para que se possa discorrer sobre o carnaval de rua do Recife e Olinda, é necessário relembrar as origens da festa.

1.1 Origens

Na península ibérica, desde o século XIII, o carnaval era comemorado com os jogos do “entrudo” (a palavra vem do termo latino “introitus”, referindo-se à entrada na Quaresma), que consistiam em violentas “batalhas” travadas pelos foliões, nas quais a munição eram farinha, ovos, tomates estragados, além de água com sumo de limão e outras substâncias nocivas. O entrudo foi trazido para o Brasil pelos colonizadores portugueses, tendo sofrido mudanças, na terra brasileira, no século XVII, quando assimilou costumes africanos. Nos espaços públicos, as brincadeiras do entrudo eram praticadas, principalmente, pelos escravos negros. Mal visto pelas classes abastadas e pelas autoridades oficiais, o violento entrudo realizado nas ruas sofreu várias restrições, ao longo do tempo. Apesar de proibido por alvarás e avisos desde o ano de 1604, continuou presente no Carnaval brasileiro de todas as épocas. As famílias também se divertiam com os jogos, no interior das casas. SILVA (1991) conta que o Imperador Pedro I e sua família apreciavam e realizavam batalhas de entrudo, no palácio imperial.

De acordo com SILVA (1991), as práticas do entrudo, em Pernambuco, datam da primeira metade do século XVI, no início da colonização, e perduraram pelos séculos seguintes, como um dos elementos mais fortes do carnaval pernambucano.

Principalmente depois da abolição da escravatura, em 1888, aumentou a participação popular nos festejos carnavalescos de rua. Surgiram os clubes pedestres, agremiações carnavalescas populares (troças, blocos, caboclinhos, maracatus), que se apresentavam em cortejos processionais, precedidos dos respectivos estandartes. Todo o trajeto era realizado a pé, acompanhado de música e de cantos, o que os distinguiu dos aristocráticos clubes de alegoria e crítica, que se exibiam em cortejos de carros. O primeiro clube pedestre foi, provavelmente, o dos Caiadores (1886), logo seguido de outros, muitos com nomes evocativos do trabalho, a exemplo de Vassourinhas, Pás e Lenhadores.

Ao discorrer sobre o carnaval do Recife, conta ARAÚJO (1997) que os componentes dos clubes pedestres eram, quase sempre, oriundos da classe trabalhadora pobre e remediada do Recife e imediações, em processo de formação, e se identificavam por relações de parentesco, de vizinhança, de credo religioso, ou por categorias profissionais. Os estatutos dessas agremiações populares costumavam estabelecer normas e regras de conduta que deveriam ser obedecidas, rigorosamente, pelos associados, inclusive com relação à forma coreográfica da apresentação. Alguns foliões, porém (especialmente os capoeiras, cujas lutas haviam sido proibidas), desdenhavam a formalidade dos clubes e blocos, e, aproveitando a música das orquestras de metal das agremiações, seguiam, com saltos e requebros, qualquer uma que lhes agradasse. Para acompanhar os passos anárquicos desses foliões indisciplinados, o ritmo das polcas-marchas e dos dobrados militares tocados pelas bandas dos clubes pedestres foi se modificando, tornando-se cada vez mais acelerado e contagiante. Dessa troca espontânea entre a música de metais e os improvisados passos acrobáticos dos foliões, surgiu a marcha carnavalesca, que veio a resultar no frevo, o ritmo que fazia a massa “frever”, arrastando-a como uma imensa

onda. O frevo e o passo deram singularidade ao carnaval pernambucano, no cenário nacional.



Foto 02: caboclinhos



Foto 03: mascarados



Foto 04: maracatu

O Carnaval, enquanto festa pública, forneceu os ingredientes necessários à construção da identidade pernambucana. Estão representados nas festividades os três grupos formadores da etnia brasileira: a contribuição dos branco-europeus aparece nos clubes alegóricos, nos mascarados isolados, nos bailes elegantes; os maracatus revivem as tradições dos negros africanos; os caboclinhos evocam os indígenas brasileiros. Nos clubes pedestres, fez-se a “união desses três elementos étnicos através do frevo e do passo, ritmo e dança tipicamente pernambucanos, de origem popular” (ARAÚJO, 1977, referindo-se a trecho de discurso do primeiro Presidente da Federação Pernambucana de Carnaval, Sr. Fish).

1.2 O Carnaval de Olinda

Nos seus primórdios, a história do Carnaval de Olinda confunde-se com a do Carnaval do Recife. Antes do final do século XIX, o carnaval consistia no mela-mela, oriundo do entrudo português, nas brincadeiras dos sujeitos e dos mascarados. O carnaval de Olinda, nos moldes atuais, em que se fazem presentes todas as expressões culturais do carnaval popular, começou a surgir no início do século XX, coincidindo com a criação das agremiações carnavalescas.

“Sabe-se que o Entrudo é uma manifestação folclórica de muitos anos, mas, em Olinda, só começou a organização das entidades a partir do começo deste século, usando-se as denominações de agremiações que já existiam no carnaval do Recife, a exemplo de `Lenhadores` e `Vassourinhas`. “ (MELO, 1982).

As agremiações revezavam-se entre Olinda e Recife. O Maracatu Carnavalesco Leão Coroado, fundado em 1863, no bairro de São José, no Recife, foi a mais antiga agremiação carnavalesca a desfilar em Olinda. O Clube Carnavalesco Misto Cachorro do Homem do Miúdo, uma das mais tradicionais agremiações do carnaval de Olinda, nasceu no antigo Beco das Barreiras, atual Rua José de Alencar, no Recife, em 1910.

Em 1906, foi registrada a criação, no bairro do Amaro Branco, de uma troça anárquica, com homens vestidos de mulher, criticando as operárias das fábricas. Em 1907, apareceu o Clube Carnavalesco Misto Lenhadores, dos peixeiros e pescadores de Olinda. Nos anos de 1910-1911, começaram a desfilar a Troça Carnavalesca Mista Bonequinho dos Quatro

Coqueiros, da praia dos Milagres; a Troça Infantil Bengalina, do Amparo. Dentre as agremiações surgidas nas décadas de 1910-1940, que desfilam até hoje, estão o Clube Carnavalesco Misto Vassourinhas (1912), o grande rival do Clube Carnavalesco Misto Lenhadores (1907), a Troça Carnavalesca Mista Cariri, do Varadouro (1921), cujo desfile ocorre sempre às quatro horas da manhã do domingo de carnaval.

Em 1932, apareceu o Bloco Carnavalesco Misto Batutas de Olinda que, contrariando o espírito democrático característico do carnaval olindense, não permitia a presença de “pessoas de cor” em seus cordões. O bloco deixou de desfilar em 1949, somente retornando em 1993, não mais fazendo discriminação racial (MELO, 1982).

A troça carnavalesca Mista Pitombeiras dos Quatro Cantos, uma das mais tradicionais agremiações da cidade, foi criada em 1947. Seu grande rival, o Clube Carnavalesco Misto Elefante desfilou, pela primeira vez, em 1952. Os hinos dessas duas agremiações tornaram-se sinônimos do carnaval olindense.

Em 1953, apareceu o Bloco Anárquico Virgens do Bairro Novo, fundado por freqüentadores da orla marítima de Olinda, do qual só participam homens, travestidos de mulheres. Desfila, até hoje, no domingo que antecede o carnaval. Outra agremiação que não permite a participação de mulheres é a Troça Carnavalesca Ceroula de Olinda, criada em 1962.

Ainda de acordo com MELO (1982), nas décadas de 1970 a 1990, surgiram o Grêmio Lútero Recreativo Cultural Misto Carnavalesco Eu acho é Pouco (1976), cuja denominação é uma crítica aos políticos que perdem as eleições; a Troça Carnavalesca Mista Barba Papa (1980), cujo principal atrativo é o boneco gigante Barba Papa; o Clube Carnavalesco Marim dos Caetés (1982), a única agremiação que já nasceu grande, desfilando com um número expressivo de destaques; a Troça Carnavalesca Mista Tarados da Sé (1987), também com boneco alegórico.



Foto 05: troças de Olinda



Foto 06: o Lorde de Olinda

Novas agremiações carnavalescas são criadas a cada ano: centenas de troças, clubes de frevo, blocos, maracatus, afoxés, ursos, caboclinhos, escolas de samba, desfilam pelas ruas do sítio histórico, arrastando os foliões em brincadeiras que se prolongam até a Quarta-Feira de Cinzas, quando sai o bloco do “Bacalhau do Batata” e, ainda, outras troças.

No carnaval de Olinda, foliões desfilam sozinhos, como o Lorde de Olinda, vestido com a mesma indumentária – fraque preto e cartola - usada desde 1937; ou brincam em grupos, a exemplo do Bloco dos Ensaboados, cujos integrantes, numa reminiscência do entrudo, divertem-se jogando água com sabão nos assistentes. Uma porta velha, uma corda, tudo é motivo para formar um bloco, para improvisar brincadeiras. O que vale é cantar, dançar, pular nas ruas e ladeiras do sítio histórico, preferencialmente ao ritmo do frevo. Das janelas das casas, os moradores podem assistir as brincadeiras dos foliões, incorporando-se a elas, se o quiserem, a qualquer momento.

Outra das características do Carnaval de Olinda é a presença dos bonecos gigantes. Segundo BONALD NETO (“Gigantes foliões do Carnaval de Pernambuco”), os bonecos gigantes tiveram sua origem no carnaval de Belém de São Francisco, em Pernambuco, onde, em 1919, apareceu o Zé Pereira, criado pelo folião Gumercindo Pires de Carvalho, e, em 1929, a Vitalina. Em Olinda, o primeiro boneco gigante foi “O Homem da Meia-Noite”, que precedia uma troça, formada por dissidentes da Mista Cariri. Em 1936, a troça transformou-se no Clube de Alegorias e Críticas “O Homem da Meia-Noite”, agremiação que hoje abre os festejos carnavalescos olindenses, constituindo-se num dos símbolos do carnaval espontâneo e irreverente, protagonizado pelo povo. O primeiro boneco gigante de Olinda foi confeccionado pelo marceneiro entalhador Benedito Barbaça e pelo pintor de parede Luciano de Queiroz.

O segundo boneco gigante, criado para ser a companheira do Homem da Meia-Noite, foi “A Mulher do Dia”, também conhecida como Monalisa, modelada pelo artesão Julião das Máscaras, em 1967. O mesmo artesão criou, em 1975, o Menino da Tarde, que foi seguido, ainda na década de 1970, pela Menina da Tarde, confeccionada por Sílvio Botelho, que vieram completar a família do Homem da Meia-Noite.

A partir da década de 1980, os bonecos multiplicaram-se, representando políticos, intelectuais, tipos populares ou figuras fantásticas tradicionais, confeccionados por artesãos locais, por encomenda dos moradores, com o objetivo de crítica, homenagem ou simples brincadeira. Atualmente, desfilam em Olinda dezenas de bonecos, que chegam a medir mais de três metros de altura, como “O Tarado da Sé”, “Gilberto Freyre”, “Lampião”, “Maria Bonita”, “Gonzagão”, “D.Olinda Olindamente Linda”, “O Guarda Noturno”, “O Urso”, “O Jacaré”, dentre vários outros, relacionados por BONALD NETO. O encontro dos bonecos gigantes do bonequeiro Sílvio Botelho, e o Maracatu dos bonecos gigantes do grupo Lobatinho são eventos de grande destaque no carnaval de Olinda.



Foto 07: encontro dos Bonecos de Olinda

1.3 O surgimento do Carnaval de massa

De acordo com SILVA (1991), em 1934, foi criada a Federação Carnavalesca Pernambucana, com diretoria formada por elementos estranhos aos quadros sociais dos clubes filiados, numa tentativa de organizar o carnaval de rua pernambucano, evitando as brigas freqüentes geradas pela rivalidade dos integrantes dos clubes pedestres,

Muitas das idéias postas em prática pela Federação – a exemplo da tentativa de transformar as agremiações em núcleos educativos, para moldar o carnaval no sentido do tradicionalismo histórico - foram objeto de críticas por parte dos próprios intelectuais que haviam sugerido a criação do órgão.

A respeito do Carnaval do Recife, narra SILVA (1991) o que escreveu Gilberto Freyre a respeito do Carnaval realizado no ano de 1937, no artigo “Carnaval sem mais nada”, publicado no Diário de Pernambuco, em 11/02/1937:

“...este ano quiseram fazer dele uma parada da história; o ano que vem talvez a Federação pretenda transforma-lo numa lição de gramática. E reduzido a festa intencional o Carnaval do Recife perde toda a sua força. Perde o seu melhor encanto.

O seu melhor encanto está na independência, na espontaneidade, no gosto do seu espírito popular sem temperos acadêmicos ou eruditos.

Está nas suas marchas e nos seus cantos de maracatus, cheio de erros de português, e nunca num hino gramatical que lhe querem dar: Um canto horrível que dá vontade de vomitar aos ouvidos.

Está nos seus reis e rainhas de maracatus fantasiados segundo a imaginação do povo e não conforme figurinos eruditos.

Está em ser o Carnaval de que diria Manuel Bandeira: Carnaval sem história e sem literatura... Carnaval sem Maurício de Nassau e Henrique Dias... Carnaval sem mais nada...”

Ainda segundo SILVA (1991), na década de 1950, a organização do carnaval do Recife passou a ser controlada pela Prefeitura Municipal. O carnaval-espetáculo, o carnaval da passarela recebeu especial incentivo da municipalidade, em detrimento do carnaval-participação. A municipalidade prestigiava as escolas de samba, ao invés dos clubes de frevo, blocos, caboclinhos e maracatus. Essa postura dos organizadores do carnaval levou novamente Gilberto Freyre a advertir, no artigo “Recifense, sim, subcarioca, não!”, publicado no Diário de Pernambuco de 27/2/1967, que o Carnaval do Recife estaria correndo “perigo de morte”. Apesar dos protestos de alguns intelectuais, a Comissão Promotora do Carnaval (CPC), vinculada à Empresa Metropolitana de Turismo - EMETUR, para a qual foi transferida, em 1974, a organização do carnaval, continuou a fazer da festa recifense uma imitação do carnaval carioca.

A partir de 1979, quando as atribuições da EMETUR foram transferidas para a Fundação de Cultura da Cidade do Recife, os organizadores tentaram restaurar o carnaval participação, eliminando a passarela e espalhando a comissão julgadora das apresentações das agremiações em cinco diferentes pontos dos bairros da Boa Vista, Santo Antonio e São José. Nessa época, foi fundado o Clube de Máscaras “O Galo da Madrugada” (1978), atualmente incluído no Guinness, em função da multidão de foliões que acompanham o desfile da agremiação, na manhã do sábado de carnaval. Surgiu,

também, a Frevioca, que se tornou o mais importante instrumento de animação do Carnaval do Recife.

Em 1984, os responsáveis pela Fundação de Cultura da Cidade do Recife, cedendo às pressões da Federação das Escolas de Samba, voltaram a fortalecer o carnaval espetáculo, centralizado nos limites da passarela instalada na Avenida Dantas Barreto (SILVA, 1991).

Nessa época, os foliões recifenses, em número cada vez maior, passaram a brincar o carnaval em Olinda, conforme relata LUCENA (2006): “*A gente saía do Recife à tardinha, em bandos, atrás da fuzarca. O destino era Olinda, mais que linda!*”.

Segundo MELO (1982),

“..... O carnaval de Olinda ‘engoliu’ o brilho do carnaval recifense. Uma série de fatores contribuiu para isso. O desenvolvimento comercial fez com que milhares de pessoas deixassem de morar no centro da cidade. No carnaval as ruas estão desertas. Apenas o bairro de São José ainda tem a freqüência de carnavalescos porque permanecem em algumas ruas que não sofreram desapropriações, para a construção de novas avenidas. Em Olinda a Cidade Alta está livre dessa consequência porque está tombada por Lei. (depoimento do folião Alcides de Oliveira Galhardo, nascido em 1918, transcrito por MELO).

O carnaval de Olinda, como festa popular, irreverente e espontânea, fortaleceu-se, especialmente, a partir do final da década de 1970, quando foram abolidas da folia a comissão julgadora, o palanque das autoridades e a passarela.

“A primeira justificativa que faz o carnaval de Olinda crescer é porque é feito pelo autêntico carnavalesco. Segundo é que a concentração de famílias tradicionais no Sítio Histórico vem mantendo as características naturais de como fazer o folgado sem descaracterizá-lo, o que não acontece em outras localidades onde essa festa é promovida por pessoas alheias ao entrudo. Outro fator importante é o carnaval desinstitucionalizado, sem comissão julgadora, sem palanque oficial, sem passarela etc. Tudo é feito na base do improviso, na possibilidade de cada um”. (MELO,1982),

Antes da década de 1970, o carnaval de Olinda acontecia de forma desordenada, improvisada. As brincadeiras concentraram-se no sítio histórico, espontaneamente.

No período compreendido entre as décadas de 1970 a 1980, os moradores assumiram a organização da realização do carnaval no sítio histórico. Toda a comunidade do sítio histórico – artistas plásticos, comerciantes, professores, funcionários públicos, donas de casa, costureiras, dirigentes de agremiações, estudantes – engajava-se na preparação do carnaval, com muitos meses de antecedência, reunindo-se para discutir os motivos da decoração, os modelos das fantasias, programando os festejos, organizando o trânsito. Os moradores cuidavam da ornamentação das casas e das ruas, com recursos próprios. Na festa, sempre foi marcante a participação dos artistas residentes em Olinda.

“É muito normal se ver em Olinda, logo no meio do ano, o povo se preparando para o carnaval do ano seguinte... Se preciso for, empenham jóias, bens imóveis, tomam

empréstimos e recorrem a outras alternativas para solucionar o pagamento das despesas a serem realizadas.” (MELO, 1982)

“O grande número de artistas concentrados na antiga capital de Pernambuco, faz surgir idéias novas para o embelezamento da grande festa olindense. Escolha de temas, alegoria dos clubes, decoração da cidade, têm a participação maciça dos artistas. A decoração das ruas é feita pelos moradores com a supervisão de artistas moradores das próprias artérias.” (MELO, 1982).

Na década de 1990, o governo municipal resolveu assumir a organização do carnaval, utilizando, além de recursos municipais, financiamentos privados obtidos junto a empresas patrocinadoras, principalmente as de comunicação e de bebidas. A partir de então, o carnaval transformou-se num empreendimento econômico e cultural, cujo sucesso depende da capacidade de atrair um grande público, especialmente turistas e visitantes, mediante a ampla divulgação realizada através dos meios de comunicação, especialmente junto aos agentes do turismo.



Foto 08: multidão nas ruas durante o carnaval de Olinda

Atualmente, o carnaval de Olinda é um evento de massa, para o qual convergem mais de um milhão de pessoas, por dia.

2. PREOCUPAÇÃO COM AS AMEAÇAS DO TURISMO MASSIVO SOBRE O PATRIMÔNIO, NO CENÁRIO INTERNACIONAL.

O turismo é um feito irreversível, como já constatava a “Carta de Turismo Cultural” do ICOMOS, datada de 1976:

“O turismo é um feito social, humano, econômico e cultural irreversível. Sua influência no campo dos monumentos e sítios é particularmente importante e só pode aumentar, dados os conhecidos fatores de desenvolvimento de tal atividade...”

O mesmo documento, externando preocupação com a sustentabilidade, advertia:

“...com uma perspectiva de futuro, o respeito ao patrimônio mundial, cultural e natural, é o que deve prevalecer sobre qualquer outra consideração, por muita justificada que esta se pautar desde o ponto de vista social, político ou econômico.”

Em 1999, foram estabelecidos pelo ICOMOS, na Carta Ethos (México), alguns princípios norteadores da relação entre o turismo e a conservação patrimonial. O documento reconhece que o turismo pode ser um importante fator de desenvolvimento de muitas economias nacionais e regionais, desempenhando um papel positivo na manutenção e conservação do patrimônio, desde que gerido com sucesso. Adverte, porém, que o uso massivo e desregrado dos sítios e monumentos pode levar à sua vandalização, degradação e destruição.

Segundo CHOAY (2001), a indústria patrimonial, que representa, atualmente, uma crescente parte do orçamento das nações, apresenta efeitos perversos, pois as práticas patrimoniais são ameaçadas pelo próprio sucesso em atrair um fluxo transbordante de visitantes, fluxo que pode corroer solos, paredes e residências que não foram concebidas para serem utilizados por tantas pessoas, levando à degradação de lugares e paisagens, provocada pela saturação física do sistema de funcionamento local. A adoção de medidas que impliquem na reconstrução ou no reforço dos fundamentos das construções podem comprometer a autenticidade do patrimônio histórico.

CHOAY acrescenta que, no cenário internacional da atualidade, os vários países vêm revelando preocupação com os efeitos nocivos do turismo sobre o patrimônio, passando a adotar uma estratégia de conservação dos lugares históricos que inclui, além dos dispositivos de controle do fluxo de visitantes, também medidas pedagógicas e políticas urbanas.

Dentre os dispositivos de controle mais utilizados, estão a redução do número de entradas por dia e dos dias e horas de visitas; o desvio da atenção do público para lugares menos conhecidos, ou de menor risco; o acesso pago; e até mesmo a solução radical de fechamento ao público.

As medidas pedagógicas voltam-se para uma tomada de consciência geral, seguida de uma ação que lhe seja conforme. (CHOUAY, 2001). A Carta de Turismo Cultural do ICOMOS, 1976, recomenda que os Estados, por meio de suas estruturas administrativas, as organizações de operadores de turismo e as associações de consumidores e usuários adotem todas as medidas apropriadas para facilitar a informação e formação das pessoas que planejam viajar com fins turísticos, dentro e fora do seu país. Recomenda, ainda, que as crianças e os adolescentes, desde a idade escolar, sejam educados no conhecimento e no respeito aos monumentos e sítios históricos, ao patrimônio cultural, e que todos os meios de comunicação se engajem na campanha para a formação de uma consciência patrimonial universal.

A criação de políticas urbanas adequadas exige, ainda de acordo com CHOAY (2001), uma profunda reflexão dos governos sobre o processo de conservação dos bens patrimoniais materiais e imateriais, sobre os perigos do uso cultural e turístico do patrimônio, e a busca de pactos entre os atores do processo para a realização de todos os tipos de ações.

A afluência excessiva de visitantes pode ter, ainda, reflexos negativos sobre as identidades locais, provocando a perda do sentimento de posse/pertença da comunidade em relação aos bens e valores patrimoniais, em decorrência dos transtornos ocasionados à qualidade de vida e ao bem estar dos moradores da comunidade.

CHOAY (2001), menciona Ballart (1997, p.17), para quem a noção de patrimônio surge “quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos identifica como seus um objecto ou um conjunto de objectos”. Assim, a idéia de posse (possuir/ser possuído – ou pertencer a) está implícita na noção de patrimônio. É o patrimônio cultural de um povo que “lhe confere identidade e orientação, pressupostos básicos para que se reconheça como

comunidade, inspirando valores ligados à pátria, à ética e à solidariedade e estimulando o exercício da cidadania, através de um profundo senso de lugar e de continuidade histórica”. (Diretrizes para Proteção do Patrimônio, IEPHA/MG).

3. O CARNAVAL DE MASSA NO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA COMO FATOR DE RISCO AO PATRIMÔNIO. REAÇÃO DA COMUNIDADE.

Uma das peculiaridades do carnaval de Olinda é a concentração espontânea das brincadeiras nas ruas e ladeiras do sítio histórico da cidade. O sítio histórico é o lugar onde o carnaval acontece, estando, assim, intrinsecamente associado ao evento. No atual Plano Diretor de Olinda, o Carnaval aparece como um dos problemas de conservação do sítio histórico.

3.1 Ameaça às edificações seculares do sítio histórico

Estudos realizados por pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco, sintetizados pelo Prof. Jaime de A. Gusmão Filho, no livro “A cidade histórica de Olinda: problemas e soluções de engenharia”, detectaram vários fatores de risco para as edificações seculares existentes nos sítios históricos, dentre os quais a alta densidade populacional, uma vez que as técnicas primitivas de construção mostram grande sensibilidade ao excesso de carga.



Fotos 09 e 10: depredações ocorridas no carnaval

Em dezembro de 2002, uma equipe de alunos do Curso de Gestão do Patrimônio Cultural Integrado ao Planejamento Urbano da América Latina, promovido pelo CECI - Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial, realizou o trabalho intitulado “Plano de Gestão do Risco para a Conservação do Sítio Histórico de Olinda”, no qual foram indicados, como os fatores de riscos de maior potencial de impacto no sítio histórico, o avanço do mar, o escorregamento das encostas, o comprometimento das estruturas danificadas, o tráfego de veículos, o perigo de incêndio e o Carnaval.

Dentre as causas da inclusão do Carnaval como fator de risco foram enumerados:

- o uso inadequado do patrimônio;
- o descontrole urbano e o estacionamento irregular de veículos;
- as vibrações que desagregam as estruturas edificadas,
- o vandalismo,
- as alterações e acréscimos nas edificações.

O estudo ressaltou que essas situações, muito freqüentes durante o período momesco, além de poder provocar a superação da capacidade de carga dos sistemas, podem levar ao comprometimento da consciência sobre a importância do patrimônio. Os problemas estão sujeitos a agravamento, em decorrência de fatores comportamentais, como a falta de fiscalização efetiva, o desrespeito às normas e leis, a ausência de programas de educação ambiental e patrimonial.

3.2 Ameaça ao sentimento de pertencimento dos moradores do sítio histórico

Partindo-se da idéia de posse implícita na noção de patrimônio, é possível dizer que o carnaval de Olinda, nos moldes de organização em que era realizado na década de 1970 a 1980, contribuía para o fortalecimento do sentimento de identificação da população local com os festejos e com o sítio histórico. Contudo, o mesmo não se pode afirmar sobre o atual carnaval de massa. A ênfase que passou a ser dada pelas autoridades municipais à dimensão econômica da festa, vem resultando em detrimento da dimensão social, relacionada com o bem estar dos moradores do sítio histórico, com sua qualidade de vida e com o sentimento de pertencimento que os une ao local.

As atuais festividades carnavalescas de Olinda costumam iniciar-se muito tempo antes dos três dias de Momo. Com a intensa afluência de visitantes e turistas, que cresce a cada ano, surgem ou acentuam-se problemas como drogas, violência, ruído excessivo, transtornos do tráfego, sujeira das ruas, mau cheiro, situações nocivas com os quais a comunidade é obrigada conviver. Por outro lado, há uma enorme procura por aluguel de casas para a temporada carnavalesca, mesmo que sejam cobrados preços exorbitantes. Para que o preço pago se justifique, os locatários superlotam as residências. A presença desses moradores temporários, com seus hábitos e costumes estranhos aos moradores locais, converte-se, freqüentemente, em fonte de conflitos, entre os residentes e os visitantes, contribuindo para aumentar a sensação de insegurança da comunidade, acrescida da preocupação de que as casas, algumas já apresentando rachaduras, venham a sofrer maiores danos, podendo até desabar.



Fotos 11 e 12: lixo nas ruas após o carnaval

Tudo isto faz com que muitos moradores deixem suas residências, retirando-se para fora da cidade, na época do carnaval. Os que permanecem fecham as janelas das casas e protegem as fachadas com tapumes e cercas, descaracterizando a cidade e a festa. O atual carnaval de Olinda, preparado, pela municipalidade, para os turistas (que não têm compromisso com a conservação do sítio histórico) está deixando de pertencer àqueles que deveriam ser seus verdadeiros responsáveis e guardiões.

O Carnaval de 2006 trouxe um fato novo, bem representativo do atual carnaval como empreendimento econômico: a Antarctica, companhia de bebidas que patrocina oficialmente o carnaval de Olinda e Recife, mandou confeccionar dois bonecos gigantes, que desfilaram a frente de várias agremiações carnavalescas tradicionais, não com o característico espírito de crítica, homenagem, ou simples diversão, dos demais bonecos olindenses, mas para fazer propaganda da marca da companhia patrocinadora.

3.3 Reação da comunidade às ameaças do turismo ao patrimônio

A Carta internacional para a salvaguarda das Cidades Históricas – ICOMOS (Washington, 1987) salienta que:

“A participação e o envolvimento dos habitantes da cidade são imprescindíveis ao sucesso da salvaguarda. Devem ser procuradas e favorecidas em todas as circunstâncias através da necessária conscientização de todas as gerações. Não deve ser esquecido que a salvaguarda das cidades e dos bairros históricos diz respeito, em primeiro lugar, aos seus habitantes”.

A comunidade do sítio histórico de Olinda está consciente de que os transtornos que a afetam (aumento da violência, das drogas, da sujeira e do mau cheiro nas ruas, do ruído excessivo, da dificuldade de locomoção, da depredação das casas e dos monumentos) são provocados pelo turismo de massa no sítio histórico, conforme revelam os depoimentos (gravados) de alguns moradores, dos quais foram extraídos os trechos transcritos a seguir:

(GINA, artista plástica, em Olinda desde 1965. Morou nas ruas Prudente de Moraes, Benfica, Amparo e, atualmente, mora na Boa Hora).

“No começo, eles (os turistas/visitantes que alugavam as casas) chegavam em horda, depredando tudo. Quando a gente reclamava, diziam: vocês vivem morrendo de fome, alugando as casas para viver... As ruas estão afundando, as casas rachando. Na rua do Amparo, a perna de um homem que estava pulando foi lá para baixo... Carnaval violento. Bebem demais. Bebida só não. Outras coisas...”.

(ELMORAIS, artesã, mora no sítio histórico há 40 anos).

“O carnaval de ontem era mais alegre. Hoje tem muita violência. Faz medo sair na rua... No carnaval vem muita gente, boa e ruim. Estrangeiro, traficante... As casas racham. Muito peso. Melhor transferir para a parte baixa...”.

(ALVES DIAS, artista plástico, mora em Olinda desde 1965)

“Melhor o carnaval antigo que o de hoje... Saudade do passo, dos caboclos de lança, do La Ursa. Os bonecos não são nossos. Tem em todo canto, até no estrangeiro... Hoje, muita violência... O pessoal que vem de fora, os de Pernambuco, depreda. Sobem até no telhado das casas. Gasta-se mais dinheiro (com os reparos) do que o aluguel recebido. Jamais alugaria uma casa minha... Não há benefício para a cidade... Os turistas não têm noção de respeito ao patrimônio... Olinda é um canteiro de deslizamento constante. Deviam transferir o carnaval para outro lugar...”.

(ZÉLIA CORDEIRO, pequena comerciante, mora há 48 anos no sítio histórico)

“O carnaval é para os turistas, mas dá trabalho prá muita gente... Aqui, muitas pessoas ficam prejudicadas pela depredação das casas... O comércio é proibido no corredor da folia. Os clandestinos (vendedores ambulantes) tomam a rua. Até os turistas ficam constrangidos... Antigamente era tranqüilo. Podia subir e descer as ladeiras sem problema. Para o patrimônio era melhor transferir o carnaval para a cidade baixa...”

(HERCILA FERNANDES, engenheira, mora em Olinda, no sítio histórico, desde que nasceu)

“Fico muito triste com a situação. O carnaval é uma pressão muito grande sobre a cidade, num espaço já comprometido. Olinda está situada sobre 8 colinas. Necessário um conjunto de ações do poder público e da sociedade. A ocupação desordenada da cidade, o uso do solo, é um grande problema, principalmente no sítio histórico. Destruição dos quintais, descaracterização das fachadas. Olinda está deixando de ser dos olindenses. É dos alemães, dos belgas, dos franceses. ... As pessoas estão deixando de morar no sítio, transferindo-se para a periferia, porque não têm recursos para consertar suas casas, com rachaduras. Não existe drenagem de águas pluviais, falta escoamento No carnaval, a situação piora. As ruas ficam intransitáveis... . Mau cheiro... As famílias são obrigadas a conviver com isso. ... Falta de policiamento, principalmente nos corredores, violência. O carnaval de Olinda está perdendo sua característica de espontaneidade. Agora há concentração de blocos, fechamento de ruas, músicos param de tocar, pouca iluminação. ... Não queria que o carnaval saísse de Olinda (do sítio), mas também não quero que os moradores sejam prejudicados. O que existe tem de ser conservado. ... Olinda está se movendo... A população não é orientada. Quem não é esclarecido não sabe o que fazer para não prejudicar o relevo. ... As modificações feitas nas casas causam pressão sobre o solo. Constroem-se casas com piscina na cidade que não tem drenagem... Na última década, cresceu o turismo e surgiram restaurantes, hotéis. ... Ocupação desordenada do solo, descaracterização das fachadas. Os problemas de erosão decorrentes do carnaval de 2005 não foram ainda reparados. Os moradores não têm recursos para cuidar das casas. ... Principais problemas do sítio histórico: a massa humana, a falta de reparação no conjunto, no arruado, a drenagem de águas pluviais.”

Essa conscientização poderá levar a população local a assumir um posicionamento positivo de resistência às ameaças do turismo de massa, em defesa do patrimônio que lhe pertence, e cuja continuidade lhe interessa. A persistência do sentimento de posse da comunidade em relação aos bens patrimoniais, pode ser identificada, tanto nas iniciativas isoladas de moradores que cercaram árvores antigas com arame farpado, para protegê-las do perigo dos danos causados durante a folia (“privatização das calçadas”, noticiada no Jornal do Commercio de 15/02/2006), como, especialmente, nas reações organizadas, a exemplo do “abaixo-assinado” intitulado “Em defesa de nosso carnaval e de nossa cidade”, de iniciativa da SODECA – Sociedade dos Moradores da Cidade Alta”, dirigido às autoridades municipais, no qual foi requerida a implementação de medidas voltadas para o fortalecimento do Carnaval e para a preservação do patrimônio de Olinda, “para que as futuras gerações possam, também, usufruir dessa herança maior de nossos antepassados”; ou, ainda, na atitude daqueles moradores que, no dia da comemoração do aniversário da cidade, colocaram faixas pretas nas casas, protestando contra a depredação do Patrimônio de Olinda.



Foto 13: protesto dos moradores após o carnaval

3.4 A Lei Municipal Nº 5306/2001 (Lei do Carnaval)

O Manifesto de Amsterdã afirma que a conservação integrada requer a utilização de recursos jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos. Quanto aos recursos jurídicos, recomenda que devem ser utilizados todas as leis e regulamentos existentes que possam concorrer para a salvaguarda e para a proteção do patrimônio, qualquer que seja a sua origem. Quando essas disposições não permitirem a obtenção do objetivo buscado, é preciso complementá-las e criar os instrumentos jurídicos indispensáveis a níveis apropriados: nacional, regional e local.

Em dezembro de 2001, foi sancionada, pela Prefeita de Olinda, a Lei Municipal nº 5306, que instituiu normas e procedimentos a serem observados durante o período carnavalesco, nos quais é possível identificar, mesmo que de forma indireta, a consciência do risco que o carnaval de massa pode representar para a conservação física do sítio histórico e para a preservação das características tradicionais do carnaval.

Vários procedimentos voltados para a preservação do sítio histórico durante as festas carnavalescas estão incluídos na lei, a exemplo da proibição de focos de animação não oficiais e a utilização de equipamentos de sonorização acima dos limites estabelecidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente, no perímetro da passarela natural (Art. 13, parágrafos 4º e 5º); bloqueio de áreas para acesso de veículos e ordenamento do trânsito (Art. 30); remoção do lixo, limpeza e lavagem das ruas no perímetro do carnaval (Art. 36) e instalação de sanitários públicos e sanitários químicos volantes (Art. 37); montagem de esquema especial de segurança para o perímetro do carnaval e para o município em geral, durante os festejos (Art. 38); medidas para a prevenção de incêndio (Arts. 39,40 e 41); iluminação das ruas da passarela natural (Art. 44).

O reforço às expressões características dos festejos carnavalescos pode ser encontrado no incentivo e o apoio do poder público municipal às agremiações, troças e clubes carnavalescos (Art. 6º); na garantia de que os desfiles carnavalescos serão realizados nas ruas do sítio histórico, consideradas como passarelas naturais (Art. 12); na preferência da contratação de bandas, conjuntos de frevo e orquestras locais (Art. 18), que priorizem a execução do frevo pernambucano.

A participação popular na organização da festa foi assegurada nas seguintes medidas: as entidades representativas das agremiações carnavalescas devem ser ouvidas na elaboração do projeto de carnaval (Art. 4º, parágrafo único); a escolha do homenageado do carnaval será feita através de consulta popular; (Art. 5º); incentivo aos moradores para a decoração das ruas (Art. 44, parágrafo 2º); necessidade de audiência pública para apresentação do relatório geral do carnaval, elaborado pelo Poder Executivo (Art. 50, parágrafo único).

As autoridades municipais instalaram, na Praça do Jacaré, uma passarela (o “Passódromo”), por onde desfilam, obrigatoriamente, todas as agremiações carnavalescas da programação oficial de Olinda. Essa providência também pode ser considerada como um dispositivo de proteção do sítio histórico, na medida em que contribui para a diminuição da concentração do número de foliões naquele local, mas incorre no risco de enfraquecer a espontaneidade característica das brincadeiras do carnaval-participação de Olinda, ao adotar a prática do carnaval-espetáculo, estranha à sua identidade.

As providências exigidas pela comunidade da Cidade Alta, no “abaixo assinado” anteriormente referido, já estavam previstas na “Lei do Carnaval”. Contudo, como transparece nas reivindicações dos moradores, além de ainda não ter sido dada efetividade plena aos dispositivos legais, outros recursos de proteção patrimonial deverão ser associadas aos instrumentos jurídicos existentes, para que os objetivos de preservação patrimonial sejam alcançados.

4. CONFLITOS QUE DIFICULTAM A CONSERVAÇÃO DE PATRIMÔNIOS INTERDEPENDENTES, EM OLINDA.

A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, realizada em Paris, no ano de 2003, ressaltou a profunda interdependência existente entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio cultural material e natural, alertando que esta situação de interdependência pode gerar conflitos com relação à adoção de uma política de conservação patrimonial, especialmente quando os patrimônios a serem preservados contêm valores em oposição. Alguns dos conflitos que estão presentes em Olinda são os seguintes:

I – Carnaval (patrimônio imaterial) X Edificações do Sítio Histórico (patrimônio material)

O conjunto paisagístico, arquitetônico e urbanístico do sítio histórico de Olinda tem, desde 1982, o estatuto de Patrimônio Cultural da Humanidade, conferido pela UNESCO, exigindo proteção especial para que o conjunto não venha a degradar-se ou se torne suscetível a ameaças de danos.

STOVEL (2002) ensina que o risco resulta da vulnerabilidade, compreendida esta como “a suscetibilidade de um bem patrimonial ou elementos de um bem patrimonial de se degradarem ou serem afetados negativamente por ameaças específicas”. Os festejos carnavalescos de massa constituem uma ameaça específica de danos à integridade física do conjunto do sítio histórico de Olinda, especialmente ao casario, conforme apontou o atual Plano Diretor da cidade.

A grande festa popular do carnaval de Olinda, porém, é reconhecida, local e nacionalmente, como um bem cultural do patrimônio imaterial de Olinda e uma de suas peculiaridades é o lugar onde, tradicionalmente, se realiza: as ruas e ladeiras do sítio histórico.

A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (Paris, 2003) definiu como patrimônio cultural imaterial não somente as práticas, representações, expressões e técnicas, como também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados, que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. É essa integração que gera o sentimento de continuidade e de identidade.

Dessa forma, o sítio histórico está intrinsecamente associado aos festejos carnavalescos. Realizar o carnaval fora do perímetro do sítio histórico implicaria em descaracterizar o

evento, tornando-o, inclusive, menos atrativo para o turista, que busca as singularidades locais.

II – Valor econômico/turístico do Carnaval X Valor de identidade dos moradores do Sítio Histórico.

A afluência excessiva de visitantes atraídos pelo Carnaval de Olinda produz efeitos nocivos relacionados à qualidade de vida, ao bem-estar da comunidade do sítio histórico, podendo enfraquecer o sentimento de pertencimento/posse dos moradores, com relação à festa e ao lugar.

O turismo, porém, também tem efeitos positivos, podendo ser um importante fator de desenvolvimento social e econômico, gerando emprego e renda para a população local, além de recursos para preservação do lugar.

III – Instrumentos de proteção do patrimônio material (Sítio Histórico) X Instrumentos de proteção dos bens processuais dinâmicos (Carnaval).

O patrimônio material exige, para sua preservação e manutenção, a aplicação de normas restritivas.

As normas restritivas não se aplicam aos bens processuais e dinâmicos, cuja preservação requer instrumentos de identificação, valorização e apoio, que favoreçam sua permanência (conforme Exposição de Motivos do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial).

5. CONCLUSÕES

A Carta do Turismo Cultural (ICOMOS, 1976) advertiu que, numa perspectiva de futuro, o respeito ao patrimônio mundial, cultural e natural, deve prevalecer sobre qualquer outra consideração, por mais justificada que esta seja, do ponto de vista social, político ou econômico.

A Carta Ethos (México, 1999) ressaltou que o patrimônio particular e a memória coletiva de cada localidade ou comunidade são insubstituíveis e têm importância fundamental para o desenvolvimento agora e no futuro (desenvolvimento sustentável) e destacou, como especialmente importante, a participação da comunidade local no estabelecimento das estratégias da gestão de conservação do patrimônio, que abarcam o controle do turismo.

O mesmo documento, prevendo que o relacionamento entre os sítios patrimoniais e o turismo, por ser dinâmico, poderia envolver valores em oposição, recomendou que os conflitos sejam controlados de uma maneira sustentável para as gerações atuais e futuras.

Assim, à luz dessas recomendações, na ótica da integração e da sustentabilidade, uma abordagem sustentável para a conciliação dos conflitos que dificultam a gestão da conservação patrimonial pela municipalidade de Olinda poderia ser encontrada por meio de um amplo processo de negociação, envolvendo todos os interessados (autoridades municipais e estaduais, comunidade, órgão de proteção ao patrimônio, agentes de turismo, empresas patrocinadoras do carnaval, técnicos em especialidades diversas, e outros atores sociais), para possibilitar que fossem firmados pactos entre os principais atores sociais (DE LA MORA, 2002). O estudo técnico atualizado e específico do impacto físico do carnaval sobre o Sítio Histórico seria um dos documentos fundamentais a ser levado pelas autoridades municipais à mesa das negociações.

Os pactos estabelecidos no processo de tomada de decisões, sob os princípios de participação, compromisso, responsabilidade e integração que orientam o planejamento estratégico como política pública municipal (PONTUAL, 2002), favoreceriam a implementação das decisões mais adequadas que, no final, precisarão convergir para um mesmo objetivo: a conservação do patrimônio material e imaterial, na ótica da integração e da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Rita de Cássia B. de. Carnaval do Recife: a alegria guerreira. São Paulo, Estudos Avançados, v. 11, nº 29, 1977, p. 203-216.

ARAÚJO, Rita de Cássia B. de. Festas: máscaras do tempo: entrudo, mascarado e frevo no carnaval do Recife. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996.

BONALD NETO, Olimpio. Gigantes foliões no carnaval de Pernambuco. Olinda: Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, 1992.

BRANDÃO, Sérgio F. e TENÓRIO, Inez M. Carnaval de Olinda: dos preparativos ao desfecho. IN: TORRES, Dalva e Araújo, João (organizadores). Sinfonia Carnavalesca. Recife: Baraúna, 2006.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

DE LA MORA, Luis. A institucionalização dos processos de negociação para assegurar a sustentabilidade dos projetos de conservação urbana integrada. IN: ZANCHETTI, Silvio Mendes (org.). Gestão do patrimônio cultural integrado. UFPE/Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

Disponível em <<http://habitat.aq.upm.es/aghab/aproghab.html>>

Disponível em <<http://www.iphan.gov.br/legislac/cartas...>>

GUSMÃO FILHO, Jaime de A. A Cidade Histórica de Olinda: problemas e soluções de engenharia. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001.

HABITAT II, 2ª. Conferência das Nações Unidas sobre os assentamentos humanos, Istambul, Turquia, 1996.

ICOMOS, Carta internacional para a salvaguarda das cidades históricas, Washington, 1987.

ICOMOS, Declaração de Amsterdã, Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, 1985. Disponível em <<http://www.iphan.gov.br/legislac/cartas...>>

ICOMOS. Carta de Turismo Cultural, Bruxelas, 1976. Disponível em <<http://www.iphan.gov.br/legislac/cartas...>>

ICOMOS. International Cultural Tourism Charter (Carta Ethos), México, 1999. Disponível em <<http://www.international.icomos.org/charters/tour...>>

LAPA, Tomás de Albuquerque e ZANCHETTI, Silvio Mendes. A conservação integrada urbana e territorial. IN: ZANCHETTI, Silvio Mendes (org.). Gestão do patrimônio cultural integrado. UFPE/Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

- LAPA, Tomás de Albuquerque. Formulação de proposições alternativas. IN: ZANCHETI, Silvio Mendes (org.). Gestão do patrimônio cultural integrado. UFPE/Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.
- LUCENA, Maria de Fátima G. De. Memórias de Olinda em outros carnavais. IN: TORRES, Dalva e Araújo, João (organizadores). Sinfonia Carnavalesca. Recife: Baraúna, 2006.
- MEDEIROS, Roseana B. de. O carnaval, o conflito de classes e a busca da mudança social. Recife: Continente Documento, nº 30, Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, 2005.
- MELO, José Ataíde. Olinda, carnaval e povo; 1900-1981. Olinda: Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, 1982.
- MINAS GERAIS, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA. Diretrizes para a preservação do patrimônio cultural. Disponível em <<http://www.iepha.mg.gov.br/>>.
- PONTUAL Virgínia P. A referência cultural e o planejamento da conservação integrada. IN: ZANCHETI, Silvio Mendes (org.). Gestão do patrimônio cultural integrado. UFPE/Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.
- STOVEL, Herb. Monitoramento para o gerenciamento e conservação do patrimônio cultural. Gestão do Patrimônio Cultural Integrado, UFPE/Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2002, p.177.
- ZANCHETI, Silvio Mendes. O desenvolvimento sustentável urbano. IN: ZANCHETI, Silvio Mendes (org.). Gestão do patrimônio cultural integrado. UFPE/Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.